

ESPELHAMENTO (IN)COMUM: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A PROPAGANDA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Clésia da Silva Mendes Zapelini^a

Julienne da Silva Marques^b

RESUMO

Este artigo apresenta como *corpus* a propaganda sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divulgada pelo Governo Federal. Com os aportes teóricos da Análise de Discurso pecheutiana, pretende-se analisar os efeitos de sentido promovidos pela materialidade em questão, especialmente a respeito de seu aspecto comum. Com base nas sequências discursivas analisadas, foi possível discutir os apagamentos e silenciamentos que o comum representa.

PALAVRAS-CHAVE: análise de discurso; políticas públicas; BNCC.

Recebido em: 30/05/18

Aprovado em: 04/08/18

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme o Ministério da Educação (2018a), “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os

^a Doutora e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Membro do grupo de pesquisa GREPEM - UNISUL.

^b Doutoranda com fomento da CAPES e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Membro dos grupos de pesquisa GREPEM - UNISUL e GPEI - IFSC.

alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. O documento foi elaborado tendo como proposta inicial a participação de todos para uma construção democrática e, a partir de então, foram realizados seminários e encontros para a discussão da proposta. Além disso, uma consulta pública, realizada via internet entre 2015 e 2016, gerou mais de 12 milhões de contribuições.

Apesar de sua proposta inicial, entre as diferentes versões publicadas, a BNCC encaminhou-se para o silenciamento de diversos temas propostos, eliminando, portanto, múltiplas possibilidades que poderiam ser contempladas em uma construção dita democrática.

Em sua proposta, a BNCC assegura 60% de currículo fixo que deverão nortear os trabalhos nas diferentes escolas do Brasil, possibilitando, assim, 40% de flexibilização de acordo com as temáticas regionais. Em contrapartida, o que se percebe, de acordo com Freitas (2017), é que, com a delimitação estipulada pela base, os livros didáticos, a formação docente e as avaliações educacionais nacionais terão um direcionamento voltado aos 60% delimitados. Assim, desconsideram-se os aspectos regionais que demarcam as particularidades de cada contexto estudantil e a autonomia da gestão escolar.

Diante dessa perspectiva e vendo-a exposta na propaganda de divulgação da base, que circula, atualmente,¹ nos principais canais abertos da rede nacional, destaca-se o caráter silenciador dessa proposta, materializado no espelhamento contemplado em sua divulgação. Espelhamento aqui entendido como a tentativa de apresentar duas imagens num mesmo campo semântico, eliminando, assim, as diferenças e colocando os sujeitos como iguais, com as mesmas condições de produção, nas mais diversas regiões do país.

Por isso, neste artigo, tem-se como objetivo a ação de analisar o funcionamento discursivo promovido pela propaganda da BNCC elaborada pelo Ministério da Educação (2018b) para entender quais são os efeitos de sentido promovidos por essa materialidade considerando a manutenção do *comum*.

Nesta pesquisa, a investigação do objeto de análise se dará com base nos pressupostos da Análise de Discurso (AD). Assim, é importante, sobretudo, enfatizar que, segundo Orlandi (2001, p. 26), “A análise de discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando

¹ A pesquisa desenvolveu-se no primeiro semestre de 2018.

assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido”. Para a autora (2017, p. 282), a AD interroga a interpretação e, desse modo, é possível examinar, com materialidades textuais e imagéticas, os efeitos de sentido engendrados pela propaganda da BNCC.

No processo de análise discursiva, consoante Orlandi (2013, p. 35), “devemos considerar o que está dito na sua relação com o que não está e com o que poderia estar”. Nessa perspectiva, a linguagem não verbal é um texto construído e lido assim como a verbal, pois também está submetida a diversas configurações que trabalham alguns sentidos, silenciando outros. Assim, ressaltam-se as vozes heterogêneas que compõem o discurso, nomeado polifônico, pois “algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2012, p. 59).

Ao investigar a leitura da imagem, Souza (1998) trabalha o conceito de policromia, pois propõe a análise da heterogeneidade que permeia o não verbal, esse *já lá* que nos permite fazer articulações para interpretar. Diante da imagem, somos remetidos a outras imagens (discursos) anteriores, e a construção imagética só se faz possível por causa das imagens que já se fizeram ou se fazem circulantes no meio social.

Desse modo, tendo como proposta a análise do verbal e do não verbal, investigaremos o *corpus* apoiados na exibição de sequências discursivas (SD²) dessa linguagem mista a qual nos permitirá discutir essa temática tão cara ao atual momento que perpassa as políticas públicas em nosso país.

Constituição do espelhado: a base

Os sentidos que movimentam a constituição da BNCC foram/são trabalhados desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 em seu Art. 26

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser

² Courtine (2009, p. 55) afirma que as SD são como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”.

complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Nesse movimento, desde o ano de 1996, os sentidos em torno da palavra *base* ganharam força em âmbito nacional. Diversas políticas, tais como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – 1996), Programa Currículo em Movimento (2009), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010) e Plano Nacional de Educação (2014), foram organizadas entre 1996 e 2018 com o objetivo de centralizar e padronizar o currículo e, conseqüentemente, o ensino do país.

Podemos observar que os processos discursivos que envolvem a discussão da BNCC produzem efeitos que mobilizam o imaginário de professores, pesquisadores, comunidade acadêmica, indicando que está acontecendo uma “mundialização da noção de democracia [...]” (MAZIÈRE, 2011, p.19). No que era para ser um movimento democrático, apoiado no direito de participação dos envolvidos com a educação, observa-se que prevalecem os interesses do Estado.

Esses documentos que foram lançados entre a LDBEN e a BNCC marcam discursivamente um efeito de evidência, um pré-construído, que permite que os discursos sobre o currículo sejam retomados em cada publicação. Desse modo, o Estado reforça e faz circular sentidos num jogo de repetibilidade, criando evidências de que a qualidade da educação está pautada em uma *base nacional*, em aprendizagens essenciais desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, *comum* em todo país.

Em uma nação com tantas diversidades sociais, desejar que a instituição escolar apresente a seus alunos conteúdos iguais para todos é silenciar os sentidos em torno das diferentes formas de aprender e dos mais diversos saberes que foram construídos ao longo do tempo pelas instituições acadêmicas e sociais. Orlandi (2013, p. 26) vai mencionar que esse é o “jeito do discurso neoliberal, mundializado, homogeneizante, em que noções como democracia, cidadania não se calçam de determinações concretas”. Esse discurso homogêneo movimentava os sentidos em torno do igual na tentativa de apagar, silenciar as diferenças. É nesse embate que as marcas da contradição se fazem presentes na circulação dos sentidos da propaganda realizada pelo MEC.

Na primeira SD que apresentaremos, a contradição ocorre na própria imagem. Vejamos:

Figura 1 – Sequência Discursiva 1 (SD1)



Fonte: Ministério da Educação, 2018b.

Na SD1, a própria imagem das crianças remete ao igual: escovar os dentes ao mesmo tempo, banheiros com a mesma estrutura estética, postura corporal, sendo a diferença apenas apresentada nas características físicas das crianças. Podemos entender, portanto, que há uma contradição entre a imagem e o enunciado “O documento é democrático e respeita as diferenças”, pois, além de sujeitos diferentes, o que mais se diferencia? Assim, questiona-se: qual é a compreensão que o Estado tem por democrático e respeito às diferenças?

A forma material da propaganda mostra-se sempre nessa dualidade espelhada, movimentando sentidos de que, com a *base*, as crianças e os adolescentes terão os mesmos direitos de aprendizagem, todos terão as mesmas condições estruturais em termos de materiais didáticos, transportes, entre outros. Portanto, silencia-se e tenta-se apagar os demais problemas que a educação enfrenta ao longo dos anos. O cidadão, ao ouvir/ver a propaganda em sua casa, pode remetê-la à ideia de que, agora, teremos vagas suficientes nas escolas, alimentação, ensino de qualidade e profissionais habilitados.

A primeira cena que aparece nessa propaganda traz a imagem de um relógio despertando às 6h50min e um menino e uma menina acordam. Ao mesmo tempo, destaca-se que, pela primeira vez, “o Brasil terá uma base nacional comum curricular. O documento é democrático e respeita as diferenças”. Podemos pensar que, nessa estrutura espelhada, na imagem das duas crianças acordando em casas diferentes e no diálogo entre verbal e não verbal, circula a língua de Estado que Orlandi (2013, p. 30) menciona: “a política do performativo não é a informação, é propaganda, e o gesto se substitui a prática: a língua se passa pelo real, e o dizível ou o significado pela imagem existente, e coincidem sem falha ... É a língua de estado falando”.

Nessa mesma perspectiva, observamos na SD2 a tentativa demonstrar que todos estudantes, de escola pública ou particular, terão os mesmos direitos de aprendizagem.

Figura 2 – Sequência Discursiva 2 (SD2)



Fonte: Ministério da Educação, 2018b.

Nessa dualidade espelhada, na tentativa de representar a escola pública e a particular, conforme trata Pêcheux (2010, p. 51), podemos movimentar diferentes gestos de leitura para analisar os sentidos que entram nesse jogo: imagem e língua.

Pêcheux (2010, p. 51) salienta a necessidade de extrapolar a “leitura literal” para passarmos a uma leitura “interpretativa”. Desse modo, precisamos olhar além da imagem representada na SD2: o acompanhamento de um responsável levando a criança até a escola. Com base em uma leitura interpretativa da SD2, observamos que a língua de Estado, ao tentar mascarar a qualidade com essa propaganda, silencia as diferenças existentes entre as famílias e os alunos que frequentam as escolas públicas e privadas, principalmente tenta-se mostrar que, com um currículo único, será possível oferecer o mesmo ensino e uma mesma aprendizagem para todos.

A própria fachada apresentada na SD2, espaços onde as crianças passam caminhando com um adulto, remete ao imaginário de lugar agradável, organizado, em que há o investimento do governo e que, consequentemente, com a BNCC, concretizaremos esses espaços em âmbito nacional.

Na perspectiva desse olhar, a propaganda segue espelhando regiões e realidades distintas, como se mostra a seguir.

Espelhamento do (in)diferente: o Nacional

Figura 3 – Sequência Discursiva 3 (SD3)



Fonte: Ministério da Educação, 2018b.

Figura 4 – Sequência Discursiva 4 (SD4)



Fonte: Ministério da Educação, 2018b.

O espelhamento de regiões na propaganda, como na SD3, e a afirmação, na SD4, de que “*todos* terão o mesmo direito de aprendizagem” não consideram o que foge à regra, o que falha, ou seja, as minorias, que, aqui e em qualquer lugar do Brasil, são, na verdade, a maioria. De acordo com Eni Orlandi (2013, p. 28), em sua análise da propaganda de estado, quando o *você* é diluído no *todos*, estabelece-se uma relação com o *ninguém*, visto que a expressão *todos* não considera as diferenças constituintes de um país.

Enquanto as regiões brasileiras são espelhadas, ao mesmo tempo em que se pretende exibir iguais realidades, destaca-se que “o documento é democrático e respeita as diferenças” (SD1). Dessa maneira, apresenta-se um paradoxo que se faz constituinte na propaganda: como respeitar as diferenças ao igualá-las?

O direito social à educação é promulgado pela Constituição Federal e, com a BNCC, é divulgado o direito à aprendizagem. No entanto, como se garante a aprendizagem sem considerar as condições de produção diversas presentes em todo território nacional? Na propagação da BNCC, destaca-se que, com a *base*, ou seja, com a homogeneização curricular, esse direito será garantido.

Apesar disso, de acordo com a perspectiva da AD, as condições de produção fazem com que os sentidos construídos de uma forma ou de outra, isto é, a aprendizagem não se dá da mesma forma perante situações

diferentes. Não há homogeneização que garanta a construção dos sentidos, logo, da aprendizagem. Uma forma *comum* para todos.

Para Orlandi (2001, p. 30), as condições de produção se dão no sentido estrito, ou seja, “as circunstâncias da enunciação” – quem fala, para quem fala etc. –; e no sentido amplo, que se relaciona com o contexto histórico, social, cultural, ideológico etc. Portanto, pode-se dizer que a aprendizagem se dará diante de diversos fatores, tais como: a) região em que a escola está inserida; b) natureza da escola: pública ou privada; c) contexto social e familiar de cada discente; d) formação inicial e continuada dos professores, entre outros. Assim, não há possibilidade de padronização de sentidos, principalmente ao se considerar quem fala para quem fala, ou seja, a individualidade de cada sujeito.

Tanto na SD3 quanto na SD4, evidenciam-se estudantes perante realidades semelhantes: acompanhamento familiar, alimentação garantida, vestimenta adequada ao ambiente escolar, condições de acesso à escola e, principalmente, felicidade estampada no rosto. Essa paráfrase imagética considera que as condições de produção são as mesmas nas diversas regiões do Brasil, apagando, portanto, a heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29), que esvazia o efeito homogeneizante da *base*.

De acordo com Authier-Revuz (1990), numa perspectiva discursiva, o sujeito não é autônomo na construção dos sentidos, visto que ele os produz de uma exterioridade. Por conseguinte, o Estado não pode garantir o controle dos sentidos, pois sempre há algo que escapa, que foge através das linhas de fuga que garantem a resistência. Desse modo, não podendo ser padronizados, homogeneizados, os efeitos de sentido se farão perante os outros – interlocutores – e o Outro – interdiscurso –, constituintes do fazer discursivo.

Diante dessa perspectiva e segundo Authier-Revuz (1990), o estabelecimento dos sentidos se faz por uma heterogeneidade – constituinte – que se conecta às condições de produção. Logo, uma padronização de aprendizagem, de estrutura escolar e familiar não se faz possível, pois a exterioridade que a configura ocorre de maneira diversa em cada sujeito – assujeitado a essas condições.

Assim, o nacional se destaca e se fortifica perante o diferente, a cultura e as marcas históricas e sociais que constituem a produção de sentidos de cada sujeito que compõe a nação. Não há como espelhar escolas, estudantes e professores, pois eles são sujeitos de sentidos. O espelhamento só se faz possível

quando há uma indiferença, uma desconsideração diante de toda a diversidade – heterogeneidade - que constitui, sim, uma *base* para a educação.

Espelhando o real: o comum

Figura 5 – Sequência Discursiva 5 (SD5)



Fonte: Ministério da Educação, 2018b.

Na SD5, verifica-se a permanência da lógica do espelho, demonstrando em texto e imagem a construção de algo *comum*, igual a todos - um direito de todos. Apesar disso, é importante analisar que todo discurso tem como base outros discursos, o já lá constituinte – o Outro – que possibilita novos dizeres. Ao mesmo tempo, quando se constrói uma materialidade discursiva, como a propaganda em questão, considera-se os diversos interlocutores envolvidos na produção dos sentidos – os outros –, em um movimento de antecipação, de acordo com Orlandi (1996, p. 75), que delimita o que será visibilizado ou silenciado.

Nesse sentido, Pêcheux (2002, p. 54) diz que

[...] é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque

há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

Assim, os sujeitos, no processo de interpretação, produzem sentidos diante do que já apresenta sentido, ou seja, do já lá interdiscursivo. Por isso, quando se examina a SD5, considerando o espelhamento acompanhado pelo enunciado da propaganda: “Com a base, todos os estudantes do país, de escola pública ou particular, terão os mesmos direitos de aprendizagem”, percebe-se o caráter *comum* que se quer evidenciar, isto é, todos serão iguais, todos terão os mesmos direitos de aprendizagem, todos terão o mesmo acesso à educação, dentre outros. É crucial destacar que, na propaganda em questão, consideram-se aspectos que ultrapassam a estrutura escolar, visto que, além do que se diz sobre a escola ser igual de forma pública ou particular, demonstra-se que a estrutura familiar e as condições de moradia e transporte também serão as mesmas. Isso se faz interpretar nas diversas SD aqui apresentadas, mostrando alunos de regiões diferentes com as mesmas condições – em todos os aspectos.

Esse apagamento do diverso – do que foge ao *comum* – através do espelhamento das imagens e, com elas, das condições sociais, culturais, históricas e políticas, faz com que os sentidos sejam delimitados, tentando apagar a polissemia que evidenciaria a segregação social: os sem escola, sem alimentação, sem saneamento básico etc. Nessa perspectiva, Orlandi aduz que (2001, p.38):

[...] a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer.

Na SD5, ao citar “Com a base, todos os estudantes do país”, exibindo em primeiro plano dois estudantes de regiões diferentes, pretende-se constituir os sentidos a partir do mesmo, do *comum* – evitando-se, portanto, a diversidade que representa o país: a heterogeneidade constituinte, os outros constituintes, a própria constituição do sujeito. Querem, apenas, um movimento parafrástico, textual e imagético. O mesmo para todos. Mas, todos possuem o mesmo?

No espelhamento em questão, exibido na SD5, destaca-se que o mesmo não se faz todo *comum*. Evidencia-se que, mesmo em um movimento parafrásico, a polissemia resiste, o diferente se faz presente. A resistência da diferença se mostra ao observar-se a mobília constituinte da cena, uma *mise-en-scène* que não poderia, nem em ficção, configurar-se de mesmo modo.

A partir disso, pode-se dizer que, com materiais diferentes, os fatores econômicos e sociais são inseridos na cena. Quando se exibem elementos de madeira e de alumínio para compor o enquadramento, como se estabelece um espelhamento? O aluno de escola pública se enquadra em qual material? E o estudante de escola particular? A mesma questão se faz diante de estudantes de diferentes regiões do Brasil: onde eles se adequam? O espelhamento é enfraquecido quando esses elementos são evidenciados, pois, enquanto a madeira apodrece com a chuva e se desfaz perante o ataque de cupins, o alumínio permanece, diante das mesmas adversidades, intacto.

Um *jogo de erros* que se faz ao espelhar o diferente. Assim, ao tentar produzir efeitos de padronização na imagem e no texto que não se concretiza ao olhar para a escola em sua realidade. Esse real que, para a AD, é o impossível, o intangível, o que falha – o que evidencia os *erros* de uma composição *(in)comum*.

Espelho emoldurado: o curricular

Figura 6 – Sequência Discursiva 6 (SD6)



Fonte: Ministério da Educação, 2018b.

Figura 7 – Sequência Discursiva 7 (SD7)



Fonte: Ministério da Educação, 2018b.

Na articulação entre a linguagem não verbal e verbal os sentidos são produzidos nas SD 6 e 7. O *(in)comum* se mostra na cena dos professores, nos quadros brancos e na organização das carteiras. Consideramos *incomum* pelo fato de que, desde a década de 70, as concepções teóricas e metodológicas discutem a importância de proporcionar uma educação mais interativa, saindo do cunho tradicional em que o professor fala e os alunos apenas ouvem. Desse modo, as SD 6 e 7 atualizam a memória do *comum*, o professor como o detentor do conhecimento.

Diante de pesquisas e discussões a respeito da importância de um ensino mais participativo, dinâmico e democrático, questionamos: Quais sentidos o MEC pretende movimentar com essa propaganda que retrata constantemente o mesmo numa dualidade espelhada? Arriscamos ainda perguntar: É possível fazer resistência ao funcionamento desse modelo discursivo da BNCC? Afinal, que rumos a educação terá a partir dessa concepção apresentada pela propaganda?

Se tentarmos imaginar possíveis respostas para esses questionamentos, a partir das SD 6 e 7, podemos pensar em uma educação com um currículo silenciado, carteiras em filas sem o diálogo entre os alunos, a mesma roupa/uniforme e o mesmo enunciado, “O que é cidadania?”, nos dois quadros.

Estamos entendendo o silenciamento com base nos estudos de Orlandi (2007, p. 11), porque, para a autora, “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há um silêncio nas palavras”.

Assim como há sentido nas palavras, há sentido no silêncio. São corpos silenciados nas SD 6 e 7: todos sentados da mesma forma e com o mesmo objetivo de olhar para a fala do professor ou da professora; cabelos penteados; expressão no rosto que demonstra atenção e alegria, constituindo-se, assim, sentidos que se relacionam com o todo da propaganda, isto é, o governo mostrando que tudo será igual, um currículo *comum* para todas as escolas do Brasil.

Para encaminharmos às discussões finais, vale trazer nesse momento outra dimensão do silêncio proposto por Orlandi (2007, p. 12): “todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. Portanto, o que não foi dito na propaganda da BNCC, mas, ainda assim, ressoa sentidos sobre a educação brasileira?

Além do que discutimos neste artigo, é importante destacar que, segundo a manifestação da comissão permanente de formação de professores da UNICAMP sobre a elaboração da BNCC (CPFP, 2017), o efeito da *base* na vida das escolas, dos professores e dos alunos poderá ser:

[...] a lógica conteudista, realizando um recorte das disciplinas escolares que se restringe a conhecimentos, conceitos e processos [...]; a lógica conteudista com objetivo de responder positivamente às avaliações de escala [...]; o apagamento de conceitos referenciados socialmente [...], (Ex: Diferenças, raça e etnia, identidades culturais) [...]; a produção de material didático a ser distribuída nas escolas via PNLD terá a BNCC como baliza [...]; o currículo avaliado será aquele definido pelos materiais didáticos e por um conjunto de conteúdos padronizados e considerados como essenciais [...]; a formação inicial e continuada de professores será cada vez mais submetida às definições da Base e aos resultados de avaliações padronizadas [...]. (CPFP, 2017)

Portanto, os sentidos fechados não estão apenas na propaganda, mas estarão presentes em toda a organização e efeitos da BNCC, como evidenciam os estudos da comissão de formação de professores da Unicamp (2017). Nessa perspectiva, vale a resistência para esse modelo, pois, diante do que foi exposto, é questionável esse discurso espelhado: “Hoje a aula é de cidadania. Se a base da educação é a mesma, as oportunidades também serão.”

Considerações finais

Diante do que foi exposto, pôde-se perceber que o espelhamento do real é algo que falha, que deixa furos, que dá margem ao erro, como o real para a AD. A tentativa de igualar é apenas uma tentativa. Quer-se sim oportunidades equitativas para todos os cidadãos brasileiros, mas deseja-se, com a equidade, um respeito às diferenças que se conectam diretamente à valorização das mesmas diferenças.

Nesse entremeio do tempo, entre uma política e outra, o espelhamento do real faz-se impossível e, por isso, as tentativas sempre permanecem como forma de enfrentamento às diferenças. *Igual; Comum; Todos*: é o que se impõe. Apesar disso, assim como a língua, o discurso e a história, a vida também não se homogeneiza nem se deixa espelhar. As linhas de fuga se abrem como caminhos de resistência.

Um olhar para o ensino e a aprendizagem se faz necessário, pode-se dizer: urgente. Mas esse olhar deve ter como ponto de ação a visão da própria escola, dos próprios alunos e professores, em uma democracia que resiste para fazer-se possível.

Em jogos de espelhamento, sempre há erros. Apesar disso, os erros, aqui vistos como diferenças regionais, culturais e sociais, não são o que desmerecem a nação e a educação. O erro é o real. A diversidade é real e inegável. E por isso, é, resumidamente, tudo o que deve ser valorizado e visto como acerto em uma proposta de política educacional.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade enunciativa. *Cad. Est. Ling.* v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824/4545>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- COURTINE, Jean Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- CPFP - COMISSÃO PERMANENTE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. *Manifestação da Comissão Permanente de Formação de Professores da Unicamp sobre a elaboração da Base Nacional Comum Curricular*. Campinas: Unicamp, 2017. Disponível em: <http://www.ccg.unicamp.br/files/cpfp/BNCC-Manifestao-Unicamp-2017_09_11.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *BNCC: primeiros impactos nos materiais didáticos*. jun. 2017. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2017/06/14/bncc-primeiros-impactos-nos-materiais-didaticos/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- MAZIÈRE, F. A Análise do Discurso: O Político e a Língua. In: INDURSKY, F. MITTMANN, S. FERREIRA, M. C. L. (org.) *Memória e História na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 15-35.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular*. 2018a. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- _____. *MEC Base Nacional Comum*. 13 abr. 2018b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fbz-cpct1W4>>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Uma tautologia ou um embuste semântico-discursivo? Ainda a propaganda de estado: país rico é país sem pobreza. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. *Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013. p. 25-37.

_____. *Eu, Tu, Ele: discurso e real da história*. Campinas: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, Michel. (1982) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli et al. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

SOUZA, Tania C. Clemente de. *Discurso e imagem: Perspectivas de análise não verbal*. Rio de Janeiro: Ciberlegenda, 1998.

(IN)COMMON MIRROR: A DISCURSIVE VIEW AT A PROPAGANDA OF THE COMMON NATIONAL CURRICULAR BASE

ABSTRACT

This article presents as a source an advertisement about the BNCC disclosed by the Federal Government. From the theoretical means of Discourse Analysis, we intend to analyze the sense effects promoted by this subject, especially to respect its common aspect. From the discursive sequences analyzed, it was possible to issue the questions and the silencings that the common one represents.

KEYWORDS: discourse analysis; Public policy; BNCC.